

**SUBMISSÃO: SESSÕES DE COMUNICAÇÕES****Área:** Metodologia e História do Pensamento Econômico**Sub-área:** História do Pensamento Econômico**A interpretação da obra de David Ricardo: a inflexão de Sraffa**

Ricardo Vinicius Cornélio de Carvalho

Analista do Banco Central do Brasil

**RESUMO**

A interpretação da obra de David Ricardo tem sido objeto de disputa teórica desde o seu surgimento no início do século XIX. Pode-se identificar pelo menos seis perspectivas da teoria ricardiana ao longo da história do pensamento econômico: a) a visão de seus contemporâneos, Thomas Malthus, James Mill, John McCulloch; b) a crítica de Bailey, Ashley, Tooke e do Clube de Economia Política, que conduziu às interpretações de Alfred Marshall, Edwin Cannan e Jacob Hollander; c) a da vertente predominante (*mainstream*), que seria a principal interpretação à época de Sraffa, elaborada pelo eixo Marshall-Cannan-J.Hollander-Stigler; d) a visão dos socialistas ricardianos; e) a interpretação de Marx; e, f) a inflexão proposta por Sraffa. O objetivo deste artigo é recuperar brevemente a evolução destas disputas e apresentar a importância da contribuição de Piero Sraffa na explanação da estrutura lógica do pensamento ricardiano, resgatando a abordagem clássica do excedente, evidenciando valor e distribuição como pontos essenciais e reposicionando a teoria do valor-trabalho na centralidade da teoria de David Ricardo.

Palavras-chave: Ricardo, Sraffa, economia política clássica

**ABSTRACT**

The interpretation of David Ricardo's work has been theoretically disputed since its appearance in the early 19<sup>th</sup> century. One may identify at least six perspectives upon ricardian theory during the history of economic thought: a) his contemporaries views, those of Thomas Malthus, James Mill, John McCulloch; b) Bailey, Ahsley, Tooke and The Political Economy Club critiques, which induced Alfred Marshall, Edwin Cannan and Jacob Hollander's interpretation; c) the mainstream, which was the predominant interpretation in Sraffa's epoch, composed by Marshall-Cannan-J.Hollander-Stigler; d) ricardian socialists view; e) Marx interpretation; and, f) Sraffa's inflexion proposal. This article purpose is to briefly recover those disputes and present the importance of Piero Sraffa's contribution to the ricardian thought explanation, rescuing the surplus classical approach, enhancing value and distribution as essential matters, and repositioning labor-value theory in the center of David Ricardo's theory.

Key words: Ricardo, Sraffa, Classical Political Economy

## 1. Introdução

A obra de David Ricardo (1772-1823) suscitou tanto debate quanto gerou frutos para a teoria econômica. Dela partiram escolas distintas do pensamento econômico. Nela se encontram conceitos igualmente defendidos e combatidos, com um vigor tão atual quanto à época em que foram expostos pela primeira vez. É neste sentido que Galbraith (1989, p.73) chega a afirmar que “David Ricardo é a figura mais enigmática e, em alguns aspectos, a mais controvertida da história de sua disciplina”.

Em meio a posições difusas e até incompatíveis, Piero Sraffa (com a colaboração de Maurice Dobb) editou *The Works and Correspondence of David Ricardo*,<sup>1</sup> composta de 11 volumes publicados de 1951 a 1973. No entanto, ao compilar seus escritos, Sraffa dedicou-se arduamente a fazer mais que apenas reuni-los. O resultado desta edição meticulosamente elaborada deu nova forma e organização à teoria ricardiana, acarretando uma forte inflexão no modo como se a estudava até então. Nos anos seguintes, a interpretação de Sraffa chegou a assumir posição hegemônica dentre as interpretações existentes, o que ensejou uma nova rodada de debates sobre o sentido e significado da obra de David Ricardo, debate que se estende aos dias atuais.

O presente artigo aborda sucintamente a interpretação que Piero Sraffa faz de David Ricardo, sua contribuição como editor das *Works*, na reconstrução da teoria ricardiana, enfocando, sobretudo, em que medida Sraffa alterou a concepção vigente da teoria dos lucros, da distribuição e do valor desenvolvida pelo economista britânico, desapropriando-a da abordagem marginalista.

O trabalho se divide em duas partes, além desta introdução. Na primeira, expõe-se a evolução do debate acerca da interpretação da teoria ricardiana, desde seu surgimento nas primeiras décadas do século XIX até a publicação das *Works* por Sraffa. Na segunda, apresenta-se a interpretação desenvolvida por Sraffa. Ao final, apresentam-se as considerações finais.

## 2. Entre Defensores e Detratores: as interpretações pré-Sraffa

Pluralidade de interpretações e controvérsias marcam a leitura da obra de David Ricardo desde o seu aparecimento, no início do século XIX. Durante este século, sua teoria experimentou a efervescência, o quase ostracismo, o revisionismo e a consolidação. O século

---

<sup>1</sup> Daqui por diante vamos nos referir a esta edição como *Works*. O seu volume I contém a Introdução do editor e o texto de *On the Principles of Political Economy and Taxation* (doravante *Principles*); quanto a *An Essay on the Influence of the Low Price of Corn on the Profits of Stock* (doravante *Essays*) foi publicado no volume IV. As referências a estes textos serão feitas indicando-se o volume e a página em que os trechos citados aparecem na edição de Sraffa. Assim, por exemplo, "W-I, p. 23" indica a página 23 do volume I das *Works*.

das experiências revolucionárias ampliou as leituras possíveis de sua obra, e os anos que se seguiram à sua morte anuviaram a sua teoria, dificultando a demarcação de uma interpretação unívoca. Cartelier (1976) atribuiu estas mudanças na compreensão da obra do economista inglês às condições históricas, em especial, à própria dinâmica da luta de classes que a Inglaterra conheceu, segundo ele, depois de 1830, sobretudo com a insurgência dos chamados *socialistas ricardianos*. Porém, se por um lado o materialismo histórico se imiscuía em uma abordagem materialista-histórica da teoria de Ricardo, de outro, a chamada *revolução marginalista*, a se completar em fins do século XIX, alicerçava suas ideias em alguns conceitos desta mesma teoria, mas, com fulcro em um protocolo de interpretação diferente, mas que passou a determinar a forma como a obra ricardiana seria lida a partir de então, até a intervenção de Sraffa, em meados do século XX.

A teoria de David Ricardo, porém, não precisou aguardar a morte de seu autor para atirar-se em disputas teóricas. Adams (1991) sugere três importantes controvérsias econômicas capitaneadas por David Ricardo ainda em vida e que tiveram relevância à sua época: i) a “controvérsia bulionista”, acerca da inflação e da política monetária inglesa; ii) as “controvérsias da lei do trigo de 1813-1817” e discussões subsequentes com Thomas Malthus, John McCulloch, Jean Baptiste Say e Robert Torrens, sobre a liberalização do comércio exterior de grãos; e, iii) as “controvérsias sobre a medida do valor” fase final de seus debates em vida, ponto ao qual Sraffa apresentará um inflexão fundamental.

Embora tenha protagonizado debates relevantes em vida, Ricardo teve sua teoria arrefecida nos anos que se seguiram à sua morte. Marx (1867/1909) teria sido um dos primeiros autores a identificarem este declínio *post-mortem* da teoria ricardiana, e atribuiu-o aos “vulgarizadores da economia política”, sobretudo a John Stuart Mill, que teriam se olvidado da principal contribuição de Ricardo, a teoria do valor-trabalho. Teria sido próprio Marx, então, um dos responsáveis pela sobrevivência da teoria ricardiana do valor-trabalho após 1823. Blaug (1985), Meek (1977) e Shaikh (1985), assim o entendem, identificando-o como um mediador de uma “tradição” ou de “uma linha de pensamento econômico” que partiria de Ricardo, se aprofundaria em Marx, teria sido deturpada pelos Marginalistas para, por fim, ser recuperada com Sraffa, traçando o percurso Ricardo-Marx-Sraffa de consolidação da teoria do valor-trabalho em contraposição à teoria do valor-utilidade clássica.

Alguns autores como Rothbard (1995), no entanto, questionam a popularidade e a recuperação da teoria ricardiana atribuída a Marx, para ele, Ricardo não teria gozado de tanto prestígio e sua importância era mais um mito que realidade. Rothbard se apoia nos depoimentos do Clube de Economia Política, do final do século XIX. E sua posição não é

isolada. Schumpeter (1964) também desconfiava da importância de Ricardo no decurso do século XIX, bem como os próprios marginalistas Walras e Jevons, que não o compreenderam como um escol da economia clássica.

O quadro que se estrutura, então, é o de um autor cujo legado teórico se fez oscilante, entre detratores e defensores, privilégio restrito a poucos pensadores da economia, como o que ocorrera com as contribuições de Marx e Keynes. Blaug (1991) atentara para isso, afirmando que se muitos o saudavam como o fundador de uma nova e rigorosa ciência da economia política logo após divulgação dos *Princípios de Economia Política*, um número muito maior de hostilizadores insurgiu.

É possível acompanhar Meek (1977, p.154) e identificar, então, pelo menos duas principais tradições que, partindo de Smith, bifurcam-se quando encontram a teoria ricardiana. Segundo ele, “uma tradição segue, através dos trabalhos dos chamados socialistas ricardianos, até Marx [...]; a segunda segue através dos opositores ortodoxos a Ricardo, até Jevons e os austríacos, daí para os *Princípios* de Marshall, até os neoclássicos modernos”. O desenvolvimento destas vertentes contribuiu, portanto, para que não houvesse compreensão pacífica da teoria ricardiana.

Desta sorte, antes da abordagem sraffiana<sup>2</sup>, disputaram a interpretação do sistema teórico ricardiano: a) a visão de seus contemporâneos, Thomas Malthus, James Mill, John McCulloch; b) a crítica de Bailey, Ashley, Tooke e do Clube de Economia Política, que conduziu às interpretações de Alfred Marshall, Edwin Cannan e Jacob Hollander; c) a da vertente predominante (*mainstream*), que seria a principal interpretação à época de Sraffa, elaborada pelo eixo Marshall-Cannan-J.Hollander-Stigler; d) a visão os socialistas ricardianos; e) a interpretação de Marx.

A primeira interpretação baseia-se nos debates existentes entre Ricardo e aqueles autores que lhe era próximos afetivamente. O caso mais notório, neste sentido, é o de Malthus, que não obstante a grande intimidade com Ricardo, não compactuava com suas idéias sobre o valor ou com sua opinião a respeito das *corn laws*, e nem mesmo sobre o “descaso” de Ricardo com o lado da demanda<sup>3</sup>. Ricardo, por sua vez, não deixou de concordar com a teoria da população daquele, mas seguiu enfatizando o lado da oferta. Esta visão destacada por Malthus, no entanto, seria incorporada pela interpretação canônica do

---

<sup>2</sup> Tomamos a contribuição de Sraffa como fundamental porque, acompanhando Peach (1993, p. 4), a sua “interpretação chegou a ser até mesmo o saber consensual [received wisdom]” acerca de David Ricardo, algo que exige grande coerência e robustez teórica, dada a quantidade de interpretações existentes até então.

<sup>3</sup> Por essa razão, Keynes viria atribuir a Malthus importância maior que a Ricardo, em razão da ênfase dada pelo primeiro aos problemas associados ao lado da demanda na economia.

*mainstream* econômico não como uma falha do sistema ricardiano, pelo contrário, como uma continuação da tradição clássica de Smith e Say.

À época de Malthus, a teoria de Ricardo encontrou respaldo no Parlamento inglês, o que ajudou a torná-la amplamente difundida e discutida. No caso da controvérsia bulionista, chegou-se à Câmara dos Comuns, com a formação do *Bullion Comittee* para investigar as razões do aumento do preço do ouro, cujo resultado fora um relatório em favor das teses de Ricardo. Edward West, Hutches Trower e Robert Torrens também eram figuras constantes nos debates relacionados às teorias ricardianas.

Em vida, a teoria de Ricardo triunfaria nas suas defesas expostas em cartas, panfletos e discursos feitos no parlamento. Entretanto, após o seu falecimento, o aporte de críticas desestabilizou o sistema ricardiano. James Mill, John McCulloch e Thomas De Quincey são corriqueiramente apontados como os principais defensores de Ricardo no imediato pós-1823. Sobre isto, Schumpeter (1964, p.127) diz que “a essência da escola consistia somente de quatro homens, além do próprio Ricardo. Com isto, quero dizer que James Mill, McCulloch e De Quincey foram os únicos adeptos incondicionais e seguidores militantes dos ensinamentos de Ricardo que ganharam uma reputação suficiente para que seus nomes sobrevivessem”. Nassau W. Senior, William F. Lloyd, Thomas Tooke, Thomas P. Thompson, Hutches Trower e Samuel Bailey são comumente apontados como responsáveis pela crítica à teoria ricardiana após a morte de seu autor.

Segundo Bell (1976), o ápice da aceitação da teoria ricardiana ocorreu durante a década seguinte à morte de David Ricardo. Apenas McCulloch teria continuado seu defensor enquanto assistia à rápida derrocada desta teoria. Bell ainda acrescenta James Mill ao rol dos defensores de Ricardo, mas adverte que a quantidade de críticos superava demasiadamente a de adeptos. Ronald Meek (1971, p.92) foi mais contundente e asseverou que “talvez tenha sido McCulloch o único economista a continuar a defender a teoria do valor de Ricardo após 1826”. O que se pode afirmar com relativa segurança é que James Mill e McCulloch, de fato, postavam-se como principais defensores da teoria de Ricardo logo após a sua morte, principalmente o primeiro.

Rothbard (1995) cita que os ataques à teoria ricardiana primeiramente se dirigiam ao que alcunhou-se de a “lei de ferro” dos salários, que ainda era defendida por Malthus e que fora duramente criticada por Nassau Senior. Esta lei trazia em seu bojo a crença na existência de um nível de salário de subsistência, tal como um preço natural, para o qual os salários nominais sempre convergiriam caso não houvessem ganhos de produtividade. Outro ponto era a crítica à teoria da renda feita por Thomas P. Thompson. Thompson negava a teoria da renda

de Ricardo que vinculava a renda da terra aos custos de produção, defendendo a renda da terra como decorrente da demanda de produtos agrícolas. Concluindo a primeira onda de críticas havia aquelas dirigidas à teoria do valor-trabalho por Senior, Samuel Bailey e William F. Lloyd que já antecipavam a teoria do valor-utilidade como verdadeira teoria do valor (FEIJÓ, 2000)

Mill e McCulloch defenderam Ricardo destacando os aspectos que julgavam ser centrais e corretos em sua teoria. Assim, “Mill escreveu seus *Elements of Political Economy* como um livro-texto ricardiano em 1821, mas visto a sua falta de apelo popular, o jovem McCulloch [...] assumiu o papel de popularizador e propagador do ricardianismo” (ROTHBARD, 1995, p.105). Uma forma adicional de difundir a teoria ricardiana foi intentada através do Clube de Economia Política. Nele, as principais questões de economia política da época foram discutidas por economistas de relevo, não necessariamente acadêmicos: dos trinta membros fundadores do Clube de Economia Política apenas Malthus era um acadêmico (ROTHBARD, 1995).

No entanto, ironicamente, a própria formação do Clube de Economia Política pode ter contribuído para o declínio da influência e da difusão da teoria ricardiana, sobretudo no período próximo ao falecimento de James Mill. Meek expõe claramente este fato:

Em princípios de 1831, Torrens apresentou o tema seguinte para discussão: “que refinamentos foram introduzidos na ciência da Economia Política desde a publicação do grande trabalho de Ricardo e quais os princípios propostos nesse trabalho hoje julgados corretos”. Do debate, travado nos dias 13 de janeiro e 15 de abril de 1831, Mallet deixou-nos uma descrição. Aparentemente, Torrens sustentou na primeira que “todos os grandes princípios do trabalho de Ricardo foram sucessivamente abandonados e suas teorias de valor, aluguel e lucros são hoje geralmente consideradas errôneas”. Bailey havia solucionado a questão do valor, cabendo a Thompson fazer o mesmo com a da renda, considerando-se “decisiva para provar o erro das opiniões de Ricardo sobre os lucros”, a omissão do autor em levar em conta a substituição dos capitais fixos. McCulloch admitiu que a teoria era falha a esse respeito, embora defendesse energicamente as de valor e aluguel. Tooke apoiou Ricardo apenas na questão dos aluguéis. Ao ser suspensa a reunião, parecia ter havido concordância geral de que “nem as teorias de valor (de Ricardo) nem a de aluguel e lucros são corretas, consoante os próprios termos de suas proposições, embora corretas em princípio” (MEEK, 1971, p.923-924).

Como descrito acima, o cenário na década de 1830 já não era tão favorável à teoria de David Ricardo. McCulloch demonstrava sinais de indecisão e James Mill não poderia seguir como difusor do sistema de Ricardo visto que faleceria em 1836. Seu papel de defensor do ricardianismo, então, passaria ao seu sucessor, John Stuart Mill. Contudo, se antes já era questionável afirmar que a defesa da teoria ricardiana era feita de maneira a preservar sua inteireza, a intervenção de Stuart Mill tornaria este aspecto ainda mais complexo. Nas

palavras de Meek (1971, p.77), “o testemunho de [Stuart] Mill, [...] é dificilmente conclusivo no que concerne ao sistema de Ricardo. Sabemos que Mill executou uma espécie de ‘transformação’ do sistema, e suas idéias sobre o que era ou não ‘fundamental’ não correspondiam necessariamente às de Ricardo”. Stuart Mill, por conseguinte, procedera uma primeira revisão adaptativa na teoria ricardiana, algo que conspurcaria a teoria original, tal como observado por Marx.

A dificuldade de se operar uma defesa da teoria ricardiana, sobretudo quanto à teoria do valor-trabalho, coincidiu com uma mudança na teoria econômica a partir de então. Pugnar pela teoria ricardiana implicava lutar contra uma transformação teórica que se delineava: a negação do valor-trabalho com o ocaso da economia política clássica e a ascensão do utilitarismo. Por conseguinte, “a defesa de Ricardo, feita por John Stuart Mill em seu *Principles*, de 1848, é quase um ato de desagravo inócuo num momento em que a *economia política clássica*, com o próprio livro de Stuart Mill, se despede, incapaz de balizar o pensamento econômico que se desenvolvia então” (grifos no original) (PAULA, 2005, p.78).

Caberia a Marx realizar a recuperação da essência da teoria ricardiana, sobretudo da teoria do valor. Na leitura de Marx, 1850 demarcaria o fim da economia ricardiana e da economia clássica, pois os economistas vulgares teriam subvertido a teoria econômica em favor do utilitarismo e feito a ideologia burguesa triunfar sobre a ciência (MEEK, 1971). Como ele próprio atestaria, “com o ano de 1830 veio a crise decisiva. Na França e na Inglaterra a burguesia conquistou o poder político. Daí em diante, a luta de classes, prática e teoricamente, assumiu forma cada vez mais declarada e ameaçadora. Soou o dobre fúnebre da Economia científica burguesa” (MARX, 1867/1909, p.19).<sup>4</sup>

A teoria ricardiana, então, passou a ser criticada em diferentes *fronts*. A teoria da renda, que em verdade não foi originalmente elaborada por Ricardo e que recebera duras críticas de Thomas P. Thompson, em 1821, no *British Critic*, e de Nassau W. Senior, no mesmo ano, na *Quarterly Review*; passa, na década de 1830, a ser criticada também por Samuel Mountifort Longfield e pelo Reverendo Richard Jones, este, o sucessor de Senior como professor de economia política no *King's College*. O principal questionamento se dirigia à posição ricardiana de que as terras mais férteis não pagam renda absoluta. Ademais, seus críticos defendiam que o aumento dos preços é que força a ocupação das terras menos

---

<sup>4</sup> É interessante perceber, conforme aponta Meek (1971, p.72-73) que “na opinião dos que anunciaram a ‘revolução marginalista’ da década de 1870 [...] a ‘grande linha divisória’ na história do pensamento econômico fora riscada por volta de 1830. Muito naturalmente, a data precisa aos revolucionários marginalistas [...] era, por certo, a que eles próprios estavam traçando”. Esta linha traçada pelos marginalistas coincide com o ataque à teoria do valor-trabalho na década de 1830, feito principalmente por alguns dos economistas do Clube de Economia Política.

férteis e não o contrário, sendo que Torrens chegava a afirmar que não havia qualquer relação entre rendimentos marginais decrescentes e terras menos férteis.

A relação entre salários e lucros também foi criticada. Rothbard (1995, p.133) chega a insinuar que “por volta de 1840, a idéia de uma relação inversa entre salários e lucros havia sido descartada”, e que “tão cedo quanto em 1821, o desconhecido mas notável escocês John Craig enfatizou que os salários eram determinados pela oferta e demanda de trabalho, e não, de modo algum, pelo preço dos alimentos”. A teoria da abstinência desenvolvida por Nassau Senior também ocuparia um lugar de destaque no ataque à teoria dos lucros de Ricardo.

Entretanto, a afirmação de Rothbard parece exorbitar um pouco, visto que o próprio Nassau Senior (1831/1966, p.4) sentencia que “desde a publicação da obra do Sr. Ricardo, foi recebido como um axioma entre os diletantes em economia política que, de acordo com a doutrina estabelecida pela ciência, lucros altos e salários altos são incompatíveis”. Em outros termos, muito embora Senior fosse contrário à teoria de Ricardo, a aceitação desta parecia ser maior que o que Rothbard afirma. Senior (1831/1966, p.4-5), em que pese a sua discordância, dirá que segundo Ricardo, “as principais doutrinas de economia política são falsas ou os interesses de trabalhadores e capitalistas são diretamente opostos. A primeira opinião tem sido adotada por uma ampla classe que não presta atenção ao que lê, e a segunda, por uma classe ainda maior que não presta atenção no que vê”.

Quanto à teoria do valor-trabalho, “já em 1829, Samuel Read referia-se à ‘rejeição quase geral do trabalho como o padrão’. Em 1831, Cotterill afirmou sentir-se obrigado a repetir os argumentos usuais contra a teoria do trabalho simplesmente porque suspeitava ‘haver ainda alguns ricardianos’” (MEEK, 1971, p.91). Tal retraimento da teoria do valor-trabalho ricardiana decorre das críticas deflagradas por Bailey e Senior que favoreciam uma perspectiva utilitarista que se tornaria preponderante na economia, sobretudo quando incorporada posteriormente pelos chamados teóricos da revolução marginalista. Logo, como João Antônio de Paula (2005, p.78) esclarece, “no centro da questão está a ‘reação contra Ricardo’, como disse Maurice Dobb, a partir dos anos 1830, e que Marx vai chamar de emergência da ‘economia vulgar’”. Em termos de linhas de pensamento econômico, “trata-se do processo da contestação e abandono da rica tradição, que, iniciada no século XVII, com Petty, teve seus momentos superiores com Adam Smith e David Ricardo”. Um dos efeitos das teorias de Senior foi estabelecer os fundamentos para a propagação do utilitarismo e difundir uma visão abstrata da economia.

A obra de Samuel Bailey constituiria outro alicerce para a insurreição marginalista por vir, e alteraria o quadro de interpretação de David Ricardo. De acordo com Dostaler (1987,



p.12), já na década de 1820, Samuel Bailey criticava a teoria de Ricardo “com uma virulência talvez maior que a dos economistas marginalistas”. A virulência a que Dostaler se refere aduz à sua total rejeição da teoria do valor-trabalho, o que conduziu à conclusão de que Bailey seria uma das conexões possíveis da teoria ricardiana ao utilitarismo marginalista. Bailey negava o trabalho como fonte do valor na teoria ricardiana, resgatando a tradição francesa da teoria subjetiva da utilidade preconizada por Say. Ele criticava a busca de Ricardo por uma medida invariável do valor e pela definição de um valor absoluto, entendendo que ambos não poderiam ocorrer dada a subjetividade das preferências dos indivíduos pelos diferentes produtos da economia. Esta posição fê-lo ser recorrentemente considerado um pioneiro da teoria da utilidade marginal. (NAPOLEONI, 1977; ROTHBARD, 1995). O que define o valor, para Bailey, é a possibilidade de troca em razão da preferência por um ou outro objeto.

Paralelamente a esta leitura feita por Bailey, Senior e seus correligionários, as mudanças nas condições de vida dos trabalhadores e os conflitos sociais decorrentes das mudanças postas em movimento pela Revolução Industrial ensejaram uma leitura alternativa da teoria ricardiana, que enfatizava aspectos exatamente opostos à visão daqueles pensadores. Assim, as idéias de Ricardo serviriam como mote e justificativa para reivindicações trabalhistas e projetos contra o sistema capitalista inspiradas, sobretudo, na teoria do valor-trabalho. De um lado, com desdobramentos teóricos menos profundos, apareceriam os chamados socialistas ricardianos e, de outro, irromperia a análise mais elaborada de Karl Marx. Portanto, em face da exploração do trabalhador, a teoria de Ricardo cumpriria outro papel: “para os ‘socialistas ricardianos’, trata-se de se fazer prevalecer os direitos contra as exigências dos capitalistas (o título da obra de Hodgskin, publicada em 1825, é bastante significativo: *Labour Defended Against the Claims of Capital*)” (CARTELIER, 1976, p.195-196).

A este respeito, Ronald Meek (1971, p.93-94) afirma que “o trabalho dos socialistas ricardianos revelou com tanta clareza certas implicações desarmônicas e pessimistas do sistema [capitalista] que os economistas da época dificilmente poderiam deixar de sentir-lhes a influência no sentido da reavaliação do trabalho de Ricardo”. No entanto, malgrado estivessem preocupados com as condições dos trabalhadores, a interpretação que pretendiam dar à obra de David Ricardo não era idêntica à de Marx. Aqueles autores eram exclusivamente inspirados no cooperativismo de Robert Owen, como William Thompson e Thomas Hodgskin, combinando-o com a teoria do valor-trabalho de Ricardo e, sendo assim, chamados de *socialistas ricardianos* ou *ricardianos de esquerda*. Eles entendiam que o

trabalhador seria a única fonte do valor e que, portanto, deveria ser o único proprietário do produto final.

Karl Marx era muito mais metódico que isso e sua visão do período em questão é particularmente acurada. Nas palavras do filósofo e economista alemão: “o período que sucedeu, entre 1820 e 1830, foi notável na Inglaterra pela atividade científica no domínio da Economia Política. Era o tempo da vulgarização e da ampliação da teoria de Ricardo, bem como da luta desta teoria contra a velha escola” (MARX, 1867/1909, p.18).

Maria Angélica Borges (1996) esclarece a divergência entre os radicais ricardianos e Marx. Para ela, os socialistas ricardianos são tomados por Marx como utópicos, e isso porque eles, não enxergavam as contradições existentes na relação capital-trabalho, enfocando basicamente a luta pela justa remuneração. Desta forma, Marx atribui “a desintegração da escola ricardiana”, o abandono da teoria do valor-trabalho e a “substituição da economia política científica por uma economia vulgar” à “incapacidade dos discípulos de Ricardo em responder à objeção de Torrens”, ou seja, a esta limitação teórica, utópica e superficial dos socialistas ricardianos (DOSTALER, 1987, p.38).

Marx, então, analisaria a obra de Ricardo de forma mais minuciosa, sobretudo quanto à teoria do valor-trabalho e à teoria da renda da terra, destacando a relevância da divisão da sociedade em classes e da divisão social do trabalho neste processo. Algumas confluências em ambos podem ser apontadas, como por exemplo, no entendimento de que Smith estabeleceu uma nova e importante percepção da estrutura de classes na sociedade, inserida na dinâmica social de produção e distribuição de riquezas na economia (MEEK, 1971).

Sobre a teoria do valor-trabalho de Ricardo e a sua utilização pelos economistas radicais ingleses, Marx diz:

Em definitivo, a determinação do valor pelo tempo de trabalho, [...] não é, portanto, mais que a expressão científica das relações econômicas da sociedade atual, como demonstrou Ricardo, clara e nitidamente, muito antes do Sr. Proudhon [...] Quem quer que conheça, pouco que seja, o desenvolvimento da economia política da Inglaterra, não poderá ignorar que quase todos os socialistas deste país propuseram, em diferentes épocas, a aplicação igualitária da teoria ricardiana” (MARX, 1847/1976, p.67-68).

O reconhecimento a Smith e Ricardo, no entanto, não os pouparam das críticas Marx, que não se escusou de apresentar o que entendeu ser os erros de ambos, como o fato de identificar a mais-valia com o lucro. Ricardo também não teria sabido diferenciar a mais-valia e suas formas específicas. Assim, Marx ainda vê muitas falhas na teoria do economista britânico. Para ele, Ricardo se olvidou da relação da lei do valor com a formação do capital,

não percebeu todas as contradições existentes no capitalismo. De qualquer forma, Bortkiewicz (*apud* PEACH, 1993, p.16) chegaria a dizer que “Ricardo é praticamente o único autor que, em certo sentido, encontra alguma piedade aos olhos de Marx”.

Quanto à teoria da renda fundiária, Marx parte da teoria ricardiana da renda da terra para compor o seu conceito de renda diferencial. A principal diferença na abordagem de ambos é que Marx trabalhará dois conceitos de renda diferencial, trabalhando a noção de margem intensiva e de margem extensiva (LENZ, 1981)

Não obstante a leitura alternativa da obra de David Ricardo promovida por Marx e pelos socialistas ricardianos, o declínio do prestígio do economista inglês intensificou-se em fins do século XIX, embora, provavelmente, não com a rapidez, a intensidade e a unanimidade sugeridas por Rothbard (1995). Concomitantemente ao desprestígio da teoria ricardiana deu-se a ascensão de uma nova abordagem que vislumbra reedificar a teoria econômica com base em outro fundamento para a teoria do valor que não o trabalho.

Apesar de desprestigiada por alguns, a teoria ricardiana foi “resgatada” ou reinterpretada por alguns dos autores de notável influência nesta nova perspectiva teórica, que passou a ser conhecida como *marginalista*. Esta interpretação propalada pelos seguidores da abordagem marginalista passou a angariar um número maior de adeptos, tornando-se a interpretação canônica da obra de David Ricardo a partir de então, isto é, do final do século XIX, início do XX, até a época de Sraffa.

De fato, no que tange às polêmicas sobre a teoria ricardiana, Blaug (1985, p.3) afirma que “mais ou menos por volta de 1930, a poeira abaixou, e algo como um consenso acerca do sentido da obra de Ricardo emergiu gradualmente”. Terry Peach (1993, p.6) sintetiza o que seria este consenso da seguinte forma: “para a maioria dos comentadores do século XIX, e para a grande maioria dos posteriores, era lugar comum que Ricardo estivesse particularmente ocupado em elaborar o curso dinâmico dos salários, lucros e renda sob a influência dos retornos marginais decrescentes da agricultura”. Assim, a teoria de Ricardo “apenas conjecturava uma taxa de lucros decrescente na ausência do livre comércio de grãos”, o que, no limite, significaria que tudo o que importava em sua teoria fosse a definição de um princípio dos rendimentos marginais decrescentes, tal como exposto em sua teoria da renda, do princípio das vantagens comparativas, como argumento em favor do liberalismo econômico, e da tentativa de explicar as possibilidades de crescimento da economia com relação a estes aspectos.

Em outros termos, não se tratava de uma base para a crítica ao capitalismo industrial, tal como pensavam os socialistas ricardianos, e muito menos da elaboração de alguns aspectos

que serviriam de base para a crítica do capitalismo em geral proposta Marx. Tratava-se, simplesmente, de um estudo da produção e das possibilidades de crescimento da economia em face de rendimentos marginais decrescentes. Foi assim que começou a se definir que, “para os neoclássicos, trata-se de se fazer crer que Ricardo não estudou nada mais que um caso particular de uma economia, a de um único fator de produção”, o trabalho. (CARTELIER, 1976, p.195).

Segundo esta abordagem, o que importava em sua obra era que, partindo de um argumento para sustentar o livre comércio, Ricardo teria desenvolvido conceitos que se tornariam cruciais para a constituição de uma teoria que enfatizasse a possibilidade do equilíbrio na economia. Sendo assim, a grande contribuição de Ricardo estaria na percepção de que haveria um possível equilíbrio entre oferta e demanda, a ser alcançado por meio do mercado livre. Os principais articuladores desta visão foram Alfred Marshall, Edwin Cannan, Jacob Harris Hollander, Charles Franklin Dunbar, William James Ashley, Simon Nelson Patten. E, partindo destes, esta visão se propagaria com George Stigler, Terence Hutchinson e G.S.L.Tucker.

Alfred Marshall seria, de todos, o principal responsável pelo resgate de Ricardo pela abordagem marginalista, cumprindo um papel similar ao que Marx representara para os intérpretes avessos a esta perspectiva. Isto, a despeito de Jevons, Menger e Walras, os principais nomes do marginalismo, que não compactuavam com a teoria ricardiana e até mesmo ampliavam a desprestígio desta, fazendo crer que o destino mais provável para o legado de David Ricardo fosse o de permanecer totalmente desvinculado da abordagem neoclássica ou ortodoxa.

Os marginalistas, portanto, apenas se valeram daquilo que corroborasse a sua própria teoria. Logo, “Jevons, por exemplo, defendeu que, dentre todos os princípios de Ricardo, a teoria da renda e da população eram ‘científicas na forma e de acordo com os fatos’ e viu a teoria da renda como ‘um vestígio do modo correto de como se tratar a ciência como um todo’” (BHARADWAJ, 1988, p.73). Ou seja, como ambas evocariam o princípio dos rendimentos marginais decrescentes, seriam então compatíveis com a própria teoria dos marginalistas. Mas isso por si só não seria suficiente para a reabilitação de Ricardo, posto que o próprio “Jevons acreditava que sua nova teoria ‘poria por terra as principais doutrinas da economia de Ricardo e Mill’ e, em mais de uma ocasião, referiu-se às ‘intrincadas e absurdas suposições da escola ricardiana’” (MEEK, 1971 p.73), o que indicava a sua resistência a qualquer aplicação da teoria ricardiana.

Para promover aquela reabilitação, Alfred Marshall buscou também observar em Ricardo aquilo que poderia ter correspondência com sua própria teoria. “Marshall, então, tentou prover complementos lógicos à teoria de Ricardo e, desta forma, sugeriu que Ricardo compartilhava da mesma perspectiva teórica e da mesma abordagem que a dele” (BHARADWAJ, 1988, p.70). Para que isso ocorresse desta forma, Marshall sugeriu uma forma de interpretação que seria adequada à obra de Ricardo. Segundo ele:

Se queremos compreendê-lo devidamente, devemos interpretá-lo generosamente, com mais largueza de espírito do que ele próprio interpretou Adam Smith. Quando suas palavras são ambíguas, devemos dar-lhes a interpretação que segundo outras passagens de seus trabalhos indicam que ele gostaria que lhes déssemos. Se o fizermos com o desejo de averiguar o que ele realmente quis dizer, suas doutrinas, embora longe de completas, estarão livres de muitos dos erros que comumente lhe são atribuídas (MARSHALL, 1890/1982, p.391-92).

Foi assim, seguindo esta leitura “ampla” e “generosa” que Marshall pôde reinterpretar Ricardo de modo a defendê-lo como precursor do marginalismo. Desta forma, quanto à teoria do valor, Peach (1993, p. 20) argumenta que “para Marshall, o verdadeiro conceito de valor em Ricardo era custo de produção”, expurgando-o do conceito de valor-trabalho. Marshall enalteceria Ricardo por, de fato, reconhecer a importância da utilidade na determinação do valor das mercadorias. Desta forma, ele encontrou em Ricardo o que era necessário para ele mesmo: custos de produção para construção da curva de oferta, utilidade para a determinação do valor e valor como sinônimo de preços.

Diante disso, “a impressão deixada por Marshall é a de que a hipótese da ‘proporcionalidade’ (custos relativos em proporção a dispêndios de trabalho) não era mais que uma hipótese especial sem maior importância. O Ricardo de Marshall era, antes e acima de tudo, um teórico do custo de produção” (PEACH, 1993, p.20-21). Marshall (1890/1982, p.392) chega a dizer que “numa discussão profunda, embora muito incompleta, sobre diferença entre ‘o valor e a riqueza’ ele parece sentir que caminha em direção à distinção entre utilidade marginal e utilidade total”. Ele ainda menciona que Jevons não teria compreendido a originalidade de Ricardo nem a de Mill, e “atribuiu a eles doutrinas mais estreitas e menos científicas do que as que eles realmente sustentaram”.

Por fim, “a interpretação de Marshall sugere que Ricardo pensou (com maior ou menor precisão) em termos de determinação dos preços pela interseção das curvas de oferta e demanda o que, se verdadeiro, poderia ser tomado como um movimento em direção à economia neoclássica” (PEACH, 1993, p. 35). Marshall (1890/1982, p.392) afirmaria que Ricardo “tinha consciência de que as mercadorias caíam em três classes conforme obedecem à

lei dos rendimentos decrescentes, constantes ou crescentes” mas que ele “se julgou autorizado a supor provisoriamente que todas obedecem à lei dos retornos constantes”, mas ele não demonstra porquê Ricardo acreditaria nisso. Desta sorte, aos olhos de Marshall, Ricardo teria fornecido os primeiros elementos para a defesa do equilíbrio parcial na economia, a despeito de ter assumido implicitamente a existência de retornos constantes, o que teria dado a falsa impressão de que ele desconsiderasse o papel da demanda na determinação dos preços.

Deste modo, conforme sugere Samuel Hollander (1988, p.9) parecia “confirmar-se a convicção de Marshall de que sua própria teoria econômica seguia a linha ricardiana”. Ou seja, aproximava-se a interpretação marshalliana da abordagem “mais comumente defendida, [...] de que os elementos significativos da obra de David Ricardo são a teoria da renda, ou o princípio dos retornos marginais decrescentes, e a teoria da população (ou a noção de um salário fixo de subsistência de ‘equilíbrio’)”, justamente os elementos fundamentais para a teoria marginalista (BHARADWAJ, 1988, p. 71). Donde conclui-se que Ricardo nada mais seria que um progenitor da teoria neoclássica do equilíbrio parcial.

Os outros elementos necessários para a aproximação de Ricardo da teoria neoclássica foram apresentados principalmente por Ashley, Cannan e Hollander. Coube a eles construir a visão, também difundida por Marshall, de que Ricardo se esquivara ao fim da vida da teoria do valor-trabalho. Neste sentido, Jacob Hollander (1904, p.481) afirma que “a segunda edição dos Princípios apresenta uma apreciável maior reserva na defesa do trabalho incorporado como ‘medida universal’ do valor”. Ashley (1891, p.489), apesar de difundir a reabilitação de Ricardo na Inglaterra, a quem chama de “o decano dos economistas ingleses”, manteve o modo de interpretação de Marshall, ao dizer que “se quisermos formar uma imagem completa de sua mente e caráter, devemos examinar cada sentença que escreveu, e pôr mesmo uma ‘generosa’ interpretação em sua frase mais sutil. Devemos, então, aprender não só o que teve sucesso em dizer, mas o que tentou dizer”. Porém, faz alguma crítica a Marshall, ao entender que tal modo de compreender a obra ricardiana não vale para a sua teoria do crescimento, que deve ser interpretada “como foi entendida por seus contemporâneos”.

Esta visão também é encontrada em Cannan (1892) e em Hollander (1904). De acordo com estes autores, Ricardo sucumbira diante das críticas de seus adversários intelectuais da época, recuando na defesa do trabalho como medida do valor e, por extensão, na defesa de toda a teoria do valor-trabalho. Sendo assim, restava em sua obra o reconhecimento do valor determinado unicamente pela utilidade. Além disso, Cannan (1892, p.66) também reforçaria a importância de Ricardo quanto à lei dos rendimentos decrescentes, afirmou que “por assegurar à ‘lei dos rendimentos marginais decrescentes’ o lugar proeminente que ocupa na

economia política inglesa, não West, mas Malthus e Ricardo são os responsáveis”. E, Hollander (1911, p.72), reafirmaria a importância de Ricardo para a economia, “sua influência sobre esta ciência tem sido grande e determinante”, disse. Em outro momento afirma que “não é demais dizer que muito do nosso conhecimento atual, com respeito a (a) moeda, (b) tributação e (c) comércio internacional e baseado nas idéias de Ricardo” (HOLLANDER, 1911, p. 76). Porém, restringe-se a isto, e minimiza a importância da teoria do valor trabalho, e critica a posição de Marx a este respeito, “é preciso aqui distinguir a doutrina da má interpretação ou da completa perversão desta”.

Terry Peach (1993, p. 21) afirma que “de acordo com Hollander (1904), Ricardo adotou pela primeira vez o ‘trabalho como medida’ do valor de troca em seus primeiros escritos ‘monetários’”, mas que hesitaria em fazê-lo posteriormente, novamente, em função das críticas recebidas. O próprio Jacob Hollander (1904, p.479) insinua ainda que a rejeição ao valor-trabalho fosse a inclinação original de Ricardo: diz ele que “é provável que tais críticas reforçassem a convicção, presente em alguma extensão desde o começo na mente de Ricardo, de que a defesa do ‘trabalho incorporado’ como medida do valor deve ser tomado de modo mais relativo que absoluto”. Peach (1993, p.22) é taxativo ao dizer que “Edwin Cannan concordou que as críticas forçaram o ‘recurso’ da ‘doutrina da quantidade de trabalho requerida’ [...] nas sucessivas edições dos *Principles*”. Um reforço adicional a esta perspectiva teria sido dado por Schumpeter. Hollander (1911, p. 76) conclui que “Ricardo não apenas considerou o trabalho incorporado como uma de uma série de possibilidades de unidades de medida do valor, como estava longe de afirmar a sua eficácia, e no fim das contas, chegou a um estado perto do agnosticismo doutrinário”. Ou seja, o valor-trabalho seria apenas um caso particular da teoria do valor, não o mais importante, tal como afirmava Marshall.

Por conseguinte, para este eixo de interpretação marcado por Marshall, Cannan e Hollander, uma nova visão de Ricardo se construiu. Além da defesa de Ricardo como primeiro defensor de uma economia marcada pelo equilíbrio entre oferta e demanda, um teórico dos custos que supunha retornos constantes e que parecia caminhar para o reconhecimento da utilidade marginal, Ricardo não só teria negado a teoria do valor-trabalho como ainda teria sido completamente volúvel e influenciável. Assim, David Ricardo também não teria tido um projeto de pesquisa, apenas ocorreu-lhe escrever dado o incentivo de algumas pessoas.

O que teria contribuído para este aspecto seria a recuperação da opinião de Stuart Mill de que, se não fosse seu pai, James Mill, Ricardo jamais teria escrito sua obra. Não apenas

não teria escrito, como se o fez, foi apenas para defender interesses pessoais. Bharradwaj ilustra esta situação (1988, p.70): segundo ela, essa é “a visão evocada pelo Professor Dunbar (1887, p.471) de que ‘o livro de Ricardo foi escrito não para o público mas como uma declaração de opiniões feita para os seus próprios propósitos, cuja publicação foi uma malícia de seus amigos”.

Essa visão predominará do início a meados do século XX, como um quase consenso em torno da obra de Ricardo e só seria abalada pela edição das *Works* feita por Sraffa com a colaboração de Dobb.<sup>5</sup> Como aponta Tolipan (2002, p. 151) “a interpretação de Sraffa está orientada para negar a leitura neoclássica de Ricardo; por isto, interessa-se principalmente pela ordem e numeração dos capítulos, pois nelas se obtém uma prova formal de que Ricardo “não mudou de idéia”, como pensam Hollander e Schumpeter”. Mais do que isso, a partir dela, a interpretação da obra de Ricardo volta a ser relacionada com a própria trajetória da economia política:

Como uma crítica dirigida simultaneamente contra o autoritarismo de um estado autocrático e contra os privilégios e influência da aristocracia rural, a economia política, em suas origens, desempenhou um papel revolucionário. Como sistematizadora do pensamento em uma esfera vazia de princípios consistentes, foi uma revelação; enquanto que como defensora da liberdade no campo econômico, sua influência nas revoluções burguesas do século XIX foi apenas ultrapassada por aquelas filosofias de direitos políticos que acenderam a tocha do liberalismo no continente europeu. Somente mais tarde, em sua fase pós-ricardiana, passou do ataque ao privilégio e à restrição, à apologia da propriedade. (DOBB, 1977, p.44)

### 3. A contribuição de Piero Sraffa

A edição crítica das obras de David Ricardo, que receberia o nome de *The Works and Correspondence of David Ricardo*, teve seu início embrionário em 1925 quando o Conselho da *Royal Economic Society* concordara em produzir uma edição definitiva da obra do economista inglês. Em 1930, por sugestão de John M. Keynes, foi acordado que Sraffa seria convocado para elaborar tal edição. Foram necessários mais 18 anos para que o primeiro volume fosse publicado, em 1951. O último volume das *Works* foi publicado em 1973 (BHARADWAJ, 1988; KURZ; SALVADORI, 2000).

Além do notável trabalho de edição, o que também seria realizado após a publicação das *Works* era a nova interpretação que Sraffa teria dado ao pensamento de David Ricardo, pois, se ele “reconstruiu Ricardo através de suas próprias obras” também “trouxe a lume o

---

<sup>5</sup> A colaboração de Dobb teve início em 1948 e foi interrompida algumas vezes. Por isso, afirma-se que “quando surgiu, depois de muito escrever e reescrever, a Introdução aos *Principles* foi um produto da caneta de Dobb mas sem dúvida alguma foi principalmente um produto da mente de Sraffa. E foi por isso que Dobb sempre se referiu [a ela] em suas publicações e palestras como sendo a ‘Introdução do Sr. Sraffa’” (POLLITT, 1988, p.62).



arcabouço analítico do pensamento de Ricardo e a estrutura lógica de seus argumentos” (BHARADWAJ, 1988, p.69), dando-lhe uma feição distinta das interpretações predominantes em sua época, sobretudo a marshalliana.

A introdução elaborada por Sraffa para o primeiro volume das *Works* elucidava grande parte da metodologia utilizada na edição, como também demonstrava as lacunas teóricas na obra de David Ricardo que seriam preenchidas por alguns novos escritos. Tais lacunas determinariam uma nova forma de compreender toda a sua teoria a partir de então:

Foi da vantajosa posição de uma compreensão próxima e cuidadosa dos materiais sobre Ricardo que Sraffa reconstruiu, na sua *Introdução*, o processo pelo qual as idéias de Ricardo se desenvolveram. Foi seguindo de perto as trilhas de Ricardo (o modo como ele formula e aborda o problema da distribuição e, através deste, do valor; e a forma pela qual as dificuldades emergem e são percebidas por Ricardo, bem como a razoabilidade dos procedimentos que adota para resolver estas dificuldades) que Sraffa procurou delinear a estrutura teórica subjacente a muitas de suas proposições e de seus pontos de vista (BHARADWAJ, 1988, p. 73).

Segundo esta abordagem, partindo de um argumento para sustentar o livre comércio, Ricardo teria desenvolvido conceitos que se tornariam cruciais em economia, como o dos retornos marginais decrescentes e o princípio das vantagens comparativas. Sendo assim, a grande contribuição de Ricardo estaria na percepção de que haveria um possível equilíbrio entre oferta e demanda, a ser alcançado por meio do mercado livre. Deste modo, conforme demonstra Samuel Hollander (1988, p.9), parecia “confirmar-se a convicção de Marshall de que sua própria teoria econômica seguia a linha ricardiana”, ou seja, chegava-se à abordagem “mais comumente defendida, [...] de que os elementos significativos da obra de David Ricardo são a teoria da renda ou o princípio dos retornos marginais decrescentes, e a teoria da população (ou a noção de um salário fixo de subsistência de ‘equilíbrio’)” (BHARADWAJ, 1988, p. 71). São justamente os elementos fundamentais à teoria marginalista, donde se conclui que Ricardo nada mais seria que um progenitor da teoria neoclássica do equilíbrio parcial.

A introdução elaborada por Sraffa representaria uma virada teórica em relação a esta abordagem: “na sua ‘Introdução’ ao Volume I, Sraffa apresenta uma interpretação da abordagem clássica para a teoria do valor e da distribuição que difere marcadamente da interpretação então dominante, divulgada por Alfred Marshall” (KURZ; SALVADORI, 2000, p. 11). Ao apresentar o primeiro volume, ele expôs uma série de argumentos, muitos dos quais fundados em cartas e novos escritos nunca publicados até então e que, articulados através de uma lógica criteriosa, ou rompiam com a interpretação vigente, ou aprimoravam-na, ou, finalmente, conduziam a uma nova etapa de discussão, pois “muitas outras

observações e passagens na amplamente – mas, nem sempre, profundamente – lida *Introdução* contêm descobertas sobre a estrutura lógica da teoria do valor e da distribuição de Ricardo que passaram relativamente despercebidas” (BHARADWAJ, 1988, p. 68).

O posicionamento de Sraffa na sua *Introdução* resgatou muito da polêmica em torno da teoria ricardiana. Dentre os pontos abordados pelo economista italiano, alguns aspectos já eram controversos desde o início da discussão da obra de David Ricardo, tendo sido velados ou esquecidos pela ascensão da teoria marginalista. Bharadwaj (1988, p. 71) identifica alguns destes aspectos polêmicos do que denomina de *sistema ricardiano*. São eles: a) o *conteúdo* do próprio sistema ricardiano, i.e., quais os princípios e qual o centro de sua teoria; b) a *estrutura* de sua teoria do valor e da distribuição, se precursora do equilíbrio entre oferta e demanda ou se tributária da abordagem do excedente; c) a *origem* de sua teoria, se seria inteiramente original ou apenas uma aplicação pragmática de outras contribuições; d) a *recepção* de sua teoria: haveria ela sido a doutrina dominante de sua época ou teria amargado dura resistência desde então?; e) o *método* de Ricardo, preferencialmente abstrato e especulativo, propositadamente imerso em paradoxos ou pragmático que por vezes descuidava da clareza de exposição de suas idéias.

Terry Peach (1993) classifica outra gama de pontos controversos na interpretação da obra de David Ricardo. No que tange especificamente à contribuição de Sraffa, Peach observa alguns aspectos principais como: a) a *evolução* da estrutura lógica do pensamento de Ricardo, dos primeiros escritos monetários aos *Principles*; b) o *modelo do trigo* ou modelo dos grãos (*corn model*) proposto por Sraffa; c) a importância do *salário natural* ou de *subsistência* na teoria de Ricardo; d) a adesão de Ricardo à *lei dos mercados* ou *lei de Say*; e) a sua *teoria do valor-trabalho*, sua adesão ao (e insatisfação com o) trabalho como medida do valor e a busca de uma medida invariável de valor; e) as diferenças nas edições dos *Principles* e a influência de seus críticos sobre seus posicionamentos; f) a sua posição ante a *lei da demanda*, reconhecendo-a ou não.

De um modo geral, o sentido da interpretação desenvolvida por Sraffa pode ser desdobrado nos seguintes pontos: a) aponta outro eixo em torno do qual a teoria de Ricardo deve ser interpretada: a *abordagem do excedente* ou *do excedente social*, atribuindo primazia à questão da distribuição do produto nacional; b) define a *teoria dos lucros* como o ponto de partida de Ricardo para a elaboração de sua teoria; c) assume que Ricardo, muito embora tivesse conhecimento dos *rendimentos marginais decrescentes*, não concebeu originalmente este princípio, apenas o aplicou como auxiliar para a compreensão de sua teoria dos lucros, pois esta já estava plenamente desenvolvida anteriormente à elaboração de uma teoria da

renda. Assim, há um desenvolvimento paralelo entre a teoria dos lucros e a teoria da renda de Ricardo; d) determina um *fundamento racional* na teoria ricardiana a respeito do “princípio do papel determinante dos lucros da agricultura sobre os lucros da economia”; e) concebe o modelo dos grãos ou do trigo (*corn model*), elaborado antes do *Essay* segundo esse mesmo fundamento racional. Nele o trigo aparece simultaneamente como único insumo e produto de uma economia fechada, como forma de demonstrar a determinação dos lucros sem a necessidade de determinação dos preços, mas a partir das quantidades físicas de trigo; f) reconhece uma virada teórica do *Essay on Profits* para os *Principles*. Ricardo haveria entendido que uma teoria do valor seria necessária para uma teoria geral dos lucros, i.e., para a economia como um todo, não apenas para um setor. Uma medida do valor seria necessária para cumprir a função do trigo no *corn model*; g) determina a teoria do valor-trabalho como crítica e superação da teoria do valor como soma dos salários, lucros e renda da terra ou quantidade de trabalho comandado de Smith; h) aponta, num primeiro momento, a aceitação do trabalho como medida invariável do valor; i) refuta a idéia de que Ricardo haveria, nas edições subsequentes dos *Principles* se afastado da teoria do valor-trabalho. Diminui assim a importância das críticas recebidas por Ricardo que, para outros intérpretes, teriam-no feito negar a teoria do valor-trabalho com o passar do tempo; j) reduz a importância da influência de James Mill tanto para a publicação dos *Principles*, quanto para a elaboração das teorias de Ricardo.

Quanto ao conteúdo do sistema ricardiano, Sraffa indicou na sua *Introdução* um núcleo diverso do apontado pela visão dominante à sua época, segundo a qual o cerne da teoria ricardiana era o seu reconhecimento “da interação entre demanda e oferta” (BHARADWAJ, 1988, p.81) e um esboço dos princípios de uma análise marginal “apoiada em referências à análise de Ricardo sobre alterações nos preços de mercado” (RONCAGLIA, 1985, p.110). Contrapondo-se a esta interpretação, Sraffa apresentou uma nova, “centrada em torno do conceito de excedente social. Pois, na visão de Ricardo, o problema da distribuição da renda é o principal problema da Economia Política” (KURZ; SALVADORI, 2000, p. 11).

A abordagem do excedente social é também, por vezes, denominada abordagem clássica porque retoma uma forma de compreensão da economia típica dos fisiocratas. Garegnani (1985a, p.157) aponta François Quesnay como um dos precursores de tal abordagem pois, segundo ele, o tema da distribuição do “excedente social” em sua “primeira expressão sistemática se encontra no *Tableau Économique*”. Tal abordagem relaciona o sistema de produção de uma economia com a formação de um produto, cujo excesso ou

“sobra” em relação ao volume utilizado no processo produtivo será distribuído entre classes sociais distintas.

Com efeito, David Ricardo (W-I, p. 5) assume a preocupação com a distribuição do produto total da economia quando diz que “o produto da terra se divide em três classes”, proprietários da terra, capitalistas e trabalhadores. Além disso, “as proporções de todo o produto da terra serão repartidas para cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário”, de tal forma que “determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política”.

A importância desta perspectiva não se reduz ao enfoque, mas também ao método, pois, conforme esclarece Napoleoni (1991, p. 87), “cada uma das três partes do produto social possui uma determinada relação com os ‘recursos’ pertencentes à classe social correspondente que participa da distribuição do produto”. Desta sorte, relacionam-se salários e trabalho, renda fundiária e quantidade de terra utilizada, lucros e capital investido. A partir destas relações de *distribuição* e de *contribuição* para a formação do produto, Ricardo seria capaz de estabelecer uma série de determinações sobre a taxa de lucro, a taxa de salários e a renda que repercutiriam na reprodução do sistema econômico capitalista.

A relação entre tais taxas e a reprodução do sistema se evidencia da seguinte forma: no início do período produtivo, capitais são utilizados antecipadamente na produção de mercadorias, i.e., quantidades específicas de mercadorias são “adiantadas” como meios de produção ou de subsistência aos trabalhadores. Seguindo-se o processo de produção, tem-se que o consumo ou utilização destes insumos (ou capitais) gerará um produto final determinado: bens num montante maior que o inicialmente constituído pelos insumos. Esta diferença entre bens, os produzidos menos os consumidos, configura exatamente o excedente gerado pela economia, correspondendo a uma sobra socialmente produzida. Tal excedente será, por fim, distribuído entre as classes existentes na economia, realimentando o sistema.

Como conclui Roncaglia (1985, p. 107), “este excesso constitui o excedente, que consiste de uma gama heterogênea de produtos” e, sendo assim, “o que é central em uma sociedade capitalista é a distribuição deste excedente entre várias classes sociais”. No entanto, as razões entre adiantamento e distribuição devem “permitir a todos os setores um lucro capaz de induzir a repetição do processo produtivo”, para possibilitar a sustentação do sistema e a continuidade da distribuição do produto. Desta forma, Roncaglia (1985, p. 107) aponta que “a diferença entre os preços e os custos dos produtos deve ser tal que gere um taxa uniforme de lucros em todos os setores”, para que não se prejudique o funcionamento da economia em

nenhum deles. Assim, “lidando com a distribuição, Ricardo se encontrou profundamente envolvido com preços relativos”, da mesma forma que se deteve na determinação dos lucros.

Neste ponto, Sraffa indica a lógica por trás do resgate da abordagem do excedente feita por Ricardo. O economista italiano entende que valendo-se de tal perspectiva, Ricardo poderia trabalhar no *Essay* com questões concernentes à taxa de lucros sem se prender aos aspectos ligados à determinação de preços relativos. A importância disso reside no fato de que “a taxa de lucros representa a grandeza econômica fundamental, na medida em que dela depende o movimento do processo capitalista e é dela que depende o próprio destino histórico deste processo” (NAPOLEONI, 1991, p. 87). Assim, nas palavras de Sraffa (W-I, p. xxxii): “a vantagem deste método de abordagem [aplicado ao *Essay*] é que, ao custo de uma considerável simplificação, ele permite compreender como a taxa de lucros é determinada sem precisar recorrer a um método para reduzir, a um padrão comum, uma gama heterogênea de mercadorias”.

Aqui surgem as primeiras diferenças entre as interpretações vigentes à época de Sraffa e a sua. Entrechocam-se a abordagem do excedente proposta por ele e a abordagem marginalista. “Como Sraffa enfatiza, em uma abordagem clássica (ou do excedente), a economia se processa em uma reprodução contínua (e expansiva) das bases materiais da sociedade”, sendo constantemente realimentada em um “processo circular”, como previsto pelos fisiocratas. Por sua vez, em uma abordagem marginalista, a economia é “de uma mão única que vai dos fatores de produção para o consumo”, sendo equilibrada pela relação de oferta e demanda determinada pela escassez e pelas preferências, onde apenas importam “custos de produção” para a elaboração de uma curva global de oferta que determinará a sua demanda equivalente (RONCAGLIA, 1985, p. 107-108).

Fica evidente a diferença: para Marshall, assim como para Stigler, Ricardo nada mais era que um teórico dos custos de produção (BHARADWAJ, 1988; PEACH, 1993). Para eles, tudo em Ricardo se resume a custo e à percepção de que Ricardo teria assumido implicitamente retornos constantes de escala, numa clara identificação com as hipóteses de concorrência perfeita. Assim, de início, a distribuição entre classes como problema econômico e como método de análise da economia estava ausente na leitura marginalista da teoria de Ricardo.

Ademais, aqui percebe-se porque, na abordagem de Sraffa, Ricardo preconizou a teoria dos lucros como um dos pontos de partida para a sua investigação da economia. Diferentemente do que defendiam Marshall e Stigler que, corroborando a leitura de Ricardo feita por Jacob Hollander e Edwin Cannan, entenderam que Ricardo partira da constatação da

“lei dos rendimentos marginais decrescentes” e da “teoria da renda”, a qual teria inventado, conjugadas à doutrina da população e à noção de salário natural de equilíbrio.

Com efeito, contrariamente ao que postulava a interpretação tradicional até então, Sraffa não só propunha um ponto de partida diferente para o trabalho realizado por Ricardo como também identificou que a sua investigação acerca dos lucros, esboçada no *Essay* de 1815, teria sido formulada por Ricardo anteriormente ao aparecimento da teoria da renda de Malthus, West e Torrens.

Desta forma, Sraffa resgata o entendimento de Simon Patten (*apud* Bharadwaj 1988, p.74), que defendera em seu artigo sobre a teoria ricardiana de 1893 que “a teoria da renda surge no sistema de Ricardo, não como base, mas como um prova mais qualificada de uma teoria já desenvolvida”. Em outros termos, a teoria da renda é tomada como um reforço à sua teoria dos lucros, não como alicerce de sua investigação, tendo ambas se desenvolvido de modo independente, mas com alguma correlação.

Partindo disto, a interpretação marginalista opera uma generalização e deriva um princípio marginal da teoria de renda de Ricardo que seria aplicável a todos os fatores, até chegar a uma elaboração em que variações nos fatores seriam reguladas por livres variações nos preços que somente poderiam ser equilibrados quando confrontados em total flexibilidade no mercado. Deste modo, a oferta (determinada exclusivamente por custos de produção) e a demanda (determinada exclusivamente por preferências dos consumidores) interagiriam até que se atingisse um equilíbrio de mercado dado pela equalização entre taxas marginais de substituição e custos marginais (preços de equilíbrio).

Além das evidências extraídas das cartas e dos demais papéis de Ricardo, Sraffa apresenta um instrumento adicional, uma chave de interpretação, que conduz e valida a sua perspectiva da obra de Ricardo. Tal chave se traduz em um *fundamento racional* que articula e integra toda a teoria ricardiana, dando-lhe um sentido próprio, lógico e meticulosamente construído, baseado nas hipóteses anteriores: de que Ricardo estuda a economia sob a lente da abordagem do excedente; de que partindo da distribuição, o ponto de partida lógico da investigação é formação dos lucros na economia; de que o princípio dos rendimentos marginais decrescentes permite-lhe articular lucros e salários, enfatizando ainda mais a importância da distribuição do produto entre classes sociais; de que a teoria da renda é elaborada como complemento à teoria dos lucros, para endossá-la; e de que, para propor uma generalização consistente com sua argumentação, Ricardo precisará de um fundamento adicional, que lhe permita esclarecer como preços são formados, já que não o podem ser pela abordagem marginal.

Para Sraffa, tal chave se encontra na formulação do que se convencionou chamar de modelo de grãos (*corn model*), concebido por Ricardo anteriormente à publicação do *Essay*. Este modelo incorpora a lógica que permeia a teoria ricardiana. Ele parte da constatação de Ricardo de que a taxa de lucro do setor agrícola governaria a taxa de lucro de todos os demais setores da economia. O *corn model* parte da suposição de que no setor agrícola o trigo é ao mesmo tempo salário dos trabalhadores (assumindo-se que eles consumam apenas trigo), insumo produtivo (sementes) e produto final. Tem-se que ao término de um período de cultivo a produção total de trigo deverá ser dividida de modo que uma parcela caiba ao proprietário da terra, outra aos empregados (sob forma de salário) e outra a ser utilizada como insumos para o próximo plantio. Diante disso, subtraindo-se da *produção total* de trigo a parcela aplicada como *capital adiantado* (dada pela soma, em trigo, de salários e insumos), todo o restante caberá ao capitalista; assim, dessa relação (produto total menos capital adiantado ou antecipado à produção) chega-se a um valor que excede o valor aplicado como insumos e salários. Esse excedente ou produto total líquido corresponderá ao lucro do capitalista. Assim, Ricardo conseguiu demonstrar claramente a relação entre lucros e salários.

Para abandonar a simplificação de que os salários eram totalmente constituídos de trigo, simplificação que “estivera sob o ataque freqüente de Malthus” (W-I, p.xxxii), Ricardo teria de eleger outro elemento que pudesse, não apenas substituir, mas extrapolar a função que o trigo ocupava na agricultura para toda a economia, a saber, a de ser concomitantemente insumo e produto. Isto porque, segundo Sraffa, Ricardo buscava algo que pudesse ser aplicado a toda a economia e não apenas a um setor e, neste caso, o elemento escolhido para cumprir essa função foi o trabalho.

Ao substituir trigo por trabalho, David Ricardo passaria à elaboração mais aprofundada de uma teoria do valor. Além de um elemento que figurasse simultaneamente como insumo e produto, Ricardo carecia também de um elemento que servisse de medida destas variações de valor das mercadorias sem que, no entanto, ele próprio variasse aleatoriamente. O que se vê, com Sraffa, é que a superação deste dilema se deu com a recuperação de conceitos elaborados por Adam Smith. Quando Ricardo resgatou a teoria de Smith, ele encontra o alicerce necessário para a superação desta dubiedade. Ele não só terminou por elaborar uma teoria mais geral amparada no trabalho como elemento fundamental do valor, mas com isso findou por rever e criticar a proposição de Adam Smith, sobre a origem do valor.

### **Considerações Finais**

A interpretação da obra de David Ricardo tem sido objeto de divergências desde o seu aparecimento no início do século XIX. A interpretação de Sraffa resgatou a abordagem clássica ou tradicional do excedente, iniciada pelos fisiocratas, segundo a qual o foco da análise da economia deveria centrar-se na produção e na distribuição do produto entre classes. Ela permitiu o resgate da teoria do valor-trabalho a compreensão do caminho lógico percorrido por Ricardo no desenvolvimento de sua teoria.

A interpretação de Sraffa, embora robusta e coesa, não escapou de críticas, e ensejou uma nova rodada de debates e controvérsias sobre o sentido da obra de Ricardo, debates que se estendem até os dias de hoje e apontam um campo aberto de pesquisas a ser desenvolvido em outros trabalhos.

### Referências Bibliográficas

- ADAMS, Jack E.. David Ricardo's theory of value: a revisit. In: BLAUG, Mark. **David Ricardo (1772-1823)**. Aldershot, U.K.: Edward Elgar, 1991, p.69-72.
- ASHLEY, William James. The rehabilitation of Ricardo. **The Economic Journal**, Vol 1, Nº 3, 1891, p.474-489.
- BELL, John Fred. **História do pensamento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 581p.
- BHARADWAJ, Krishna. Sraffa's Ricardo. **Cambridge Journal of Economics**. vol 12, n. 1, 1988, p. 29-36.
- BLAUG, Mark. **David Ricardo (1772-1823)**. Aldershot, U.K.: Edward Elgar, 1991. 252p.
- BLAUG, Mark. What Ricardo said and what Ricardo meant. In: CARAVALE, Giovanni (ed.). **The legacy of Ricardo**. Oxford: Basil Blackwell, 1985, p.3-10.
- BORGES, Maria Angélica. Novo liberalismo, Estado e capitalismo de Estado: o debate de Eugênio Gudin com Karl Marx. **Estudos Econômicos**, v. 26, n. Especial, São Paulo, 1996, p. 181-208.
- CANNAN, Edwin. The origin of the law of diminishing returns, 1813-1815. **The Economic Journal**, Vol 2, Nº 5, 1892, p. 53-69.
- CARTELIER, Jean. **Surproduit et reproduction**: la formation de l'économie politique classique. François Maspero: Universitaires de Grenoble, 1976. 263p.
- DOBB, Maurice Herbert. **Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Presença; São Paulo: M. Fontes, 1977. 339p.
- DOSTALER, Gilles. Valeur et prix dans la théorie marxiste, un débat séculaire. **Actuel Marx**, nº 1, 1º semestre 1987, p.36-46.
- FEIJÓ, Ricardo. **Economia e filosofia na economia austríaca**: Menger, Mises e Hayek. São Paulo: Nobel, 2000.
- GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva**: uma história crítica. Tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1989. 289p.
- GAREGNANI, Pierangelo. La théorie de la répartition et le problème dit de la "transformation" chez Marx. In: DOSTALER, Gilles; LAGUEUX, Maurice (orgs.). **Un échiquier centenaire**: théorie de la valeur et formation des prix. Paris: La Découverte, 1985a. p.157-181.
- HOLLANDER, Jacob H. The development of Ricardo's theory of value. **Quarterly Journal of Economics**, volume 18, 1904, pp. 455-491. Disponível em:



<http://socserv.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/hollander/value.html>. Acesso em: 11 de dezembro de 2010.

HOLLANDER, Jacob H. The work and influence of Ricardo. **The American Economic Review**, Vol 1, N°2, 1911, p. 71-84.

HOLLANDER, Samuel. **La economía de David Ricardo**. Traducción de Juan Fernández. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. 677p.

KURZ, H. D.; SALVADORI, N. Piero Sraffa's contributions to economics: a brief survey. In: KURZ, Heinz-Dieter (ed.). **Critical essays on Piero Sraffa's legacy in economics**. Cambridge, UK ; New York, NY : Cambridge University Press, 2000, p. 3-24.

LENZ, Maria Heloisa. A categoria econômica renda da terra. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981, 102p.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 2v.

MARX, Karl (1867). **Capital: a critique of political economy**. Volume I: the process of capitalist production. Translated from the 3rd German edition, by Samuel Moore and Edward Aveling. Edited by Friedrich Engels. Revised and amplified according to the 4th German ed. by Ernest Untermann. Chicago: Charles H. Kerr and Co., 1909, 3v. Disponível em: [http://oll.libertyfund.org/files/965/0445-01\\_Bk.pdf](http://oll.libertyfund.org/files/965/0445-01_Bk.pdf). Acesso em: 01 de janeiro de 2011.

MARX, Karl (1847). **Miséria da filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1976. 222p.

MEEK, Ronald L.. **Economia e ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: 1971. 288p.

MEEK, Ronald L. **Smith, Marx, & after: ten essays in the development of economic thought**. London : Chapman & Hall, 1977. 193p.

NAPOLEONI, Claudio. **O valor na ciência econômica**. Lisboa: Editorial Presença, 1977. 194p.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx**. Tradução de José Fernandes Dias. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991, 239p.

PAULA, João Antônio de. Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914 **Kriterion**, vol.46, no.111, janeiro-junho, 2005, p. 70-90.

PEACH, Terry. **Interpreting Ricardo**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 332p.

POLLITT, Brian. The collaboration of Maurice Dobb in Sraffa's edition of Ricardo. **Cambridge Journal of Economics**. vol 12, n. 1, 1988, p. 55-65.

RONCAGLIA, Alessandro. Hollander's Ricardo. In: CARAVALE, Giovanni (ed.). **The legacy of Ricardo**. Oxford: Basil Blackwell, 1985. p.105-123.

ROTHBARD, Murray Newton. **Classical economics: an Austrian perspective on the history of economic thought**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 1995. 2v.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **História da análise econômica**. Tradução de Alfredo Moutinho dos Reis, Jose Luiz Silveira Miranda, Renato Rocha. Rio de Janeiro: Fundo Cultural, 1964. 3v.

SENIOR, Nassau William (1831). Three lectures on the rate of wage. In: **Selected writings on economics**. New York: A. M. Kelley, 1966. Disponível em: [http://oll.libertyfund.org/files/117/0953\\_Bk.pdf](http://oll.libertyfund.org/files/117/0953_Bk.pdf). Acesso em: 17 de fevereiro de 2011.

SRAFFA, Piero; DOBB, Maurice Herbert. **The works and correspondence of David Ricardo**. Cambridge: Cambridge University, 1975. 11v. Disponível em: [http://oll.libertyfund.org/index.php?option=com\\_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=159&Itemid=28](http://oll.libertyfund.org/index.php?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=159&Itemid=28). Acesso em 04 de junho de 2007.

TOLIPAN, Ricardo. Anotações sobre a história do pensamento econômico. **Revista de Economia Contemporânea**, vol 6, n. 1, janeiro-junho, 2002, p. 147-165.